

NÍVEL SUPERIOR  
**MANHÃ****PROVA 01****ANALISTA LEGISLATIVO****ESPECIALIDADE: DIREITO****CADERNO DE QUESTÕES****ATENÇÃO**

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **70 (setenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Ética do Servidor na Administração Pública	21 a 25
Legislação Municipal	26 a 30

CONTEÚDO	QUESTÕES
Direito Constitucional	31 a 40
Direito Administrativo	41 a 60
Direito Financeiro	61 a 70

3. Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva para o espaço determinado no **CARTÃO-RESPOSTA**, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***Todo o poder emana do povo.***

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
  - portando anotações, impressas ou manuscritas, em papéis que não os permitidos;
  - utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
5. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
6. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
8. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
9. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões 01, 02 e 03.

**Texto I - Mundo sustentável**

Cada um de nós, independentemente do poder aquisitivo, pode fazer a sua parte na construção de uma nova sociedade de consumo, em que a compra de cada produto ou serviço seja precedida de alguns pequenos cuidados. Dar preferência aos fabricantes ou comerciantes comprometidos com energia limpa, redução e reaproveitamento de resíduos, reciclagem de água, responsabilidade social corporativa e outras iniciativas sustentáveis é um bom começo. Assim como checar se o que pretendemos adquirir é realmente necessário e fundamental. O conceito de necessário varia de pessoa para pessoa, é assunto de foro íntimo. Mas podem-se descobrir, nesse exercício, os sintomas de uma doença chamada oneomania, ou consumo compulsivo, que, de acordo com pesquisa do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, acomete aproximadamente 3% da população brasileira, em sua maioria mulheres. É gente que usufrui apenas do momento da compra, para muito rapidamente deixar o produto de lado e, não raro, mergulhar num sentimento de culpa. Muitos endividados que tomam empréstimos em bancos ou em agiotas são oneomaniacos.

André Trigueiro. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005, pág. 22. Fragmento.

01. "Mas podem-se descobrir, nesse exercício, os sintomas de uma doença chamada oneomania..." A expressão "Nesse exercício" retoma ideia anteriormente apresentada em:
- (A) "O conceito de necessário varia de pessoa para pessoa, é assunto de foro íntimo"
- (B) "Dar preferência aos fabricantes ou comerciantes comprometidos com energia limpa"
- (C) "Assim como checar se o que pretendemos adquirir é realmente necessário e fundamental"
- (D) "Cada um de nós, independentemente do poder aquisitivo, pode fazer a sua parte"
02. "Muitos endividados **que** tomam empréstimos em bancos ou em agiotas são oneomaniacos". Nessa frase, o vocábulo em destaque retoma um termo antecedente e introduz uma oração adjetiva, portanto classifica-se como pronome relativo. Também é pronome relativo a palavra destacada em:
- (A) Eles gastaram tanto **que** ficaram endividados.
- (B) Não iremos à festa, **que** já é tarde.
- (C) Esperamos **que** todos gostem do espetáculo.
- (D) Conheci os atores **que** ganharam o prêmio.

03. "os sintomas de uma doença chamada **oneomania**, ou consumo compulsivo". Está correta a significação apresentada, no texto, para o vocábulo em destaque, porém há **equivoco** na indicação do significado da seguinte palavra:

- (A) **plutomania** - alienação mental em que o doente se imagina paupérrimo
- (B) **criptomania** - tendência ou necessidade doentia de esconder-se
- (C) **mitomania** - distúrbio que consiste em contar mentiras compulsivamente
- (D) **piromania** - desejo mórbido e incontrolável de provocar incêndios

Considere o texto II para responder às questões 04 e 05.

**Texto II - Todos os verbos**

Errar é útil	E nele sempre cabem de vez
Sofrer é chato	Todos os verbos do mundo
Chorar é triste	Abraçar é quente
Sorrir é rápido	Beijar é chama
Não ver é fácil	Pensar é ser humano
Trair é tátil	Fantasiar também
Olhar é móvel	Nascer é dar partida
Falar é mágico	Viver é ser alguém
Calar é tático	Saudade é despedida
Desfazer é árduo	Morrer um dia vem
Esperar é sábio	Mas amar é profundo
Refazer é ótimo	E nele sempre cabem de vez
Amar é profundo	Todos os verbos do mundo

Marcelo Jeneci e Zélia Duncan, do CD *Pelo Sabor do Gesto*, Zélia Duncan

04. "**Mas** amar é profundo". A conjunção em destaque inicia o verso e assume o sentido de:
- (A) adição, marcando a continuidade de mais um entre "todos os verbos"
- (B) consequência, indicando amar como efeito da sequência de verbos
- (C) contraste, mostrando que amar é o mais importante
- (D) explicação, sugerindo a ruptura na enumeração de verbos
05. Em "Pensar é ser humano", o termo **pensar** tem a mesma função sintática que em:
- (A) Os filósofos costumam pensar a existência humana.
- (B) Todos concordam que pensar acalma.
- (C) A necessidade de pensar move o ser humano.
- (D) Sua principal atividade é pensar.

Considere o texto III para responder às questões 06 e 07.

**Texto III - Vida a crédito**

Vivemos a crédito: nenhuma geração passada foi tão endividada quanto a nossa – individual e coletivamente (a tarefa dos orçamentos públicos era o equilíbrio entre receita e despesa; hoje em dia, os “bons orçamentos” são os que mantêm o excesso de despesas em relação a receitas no nível do ano anterior). Viver a crédito tem seus prazeres utilitários: por que retardar a satisfação? Por que esperar se você pode saborear as alegrias futuras aqui e agora? Reconhecidamente, o futuro está fora do nosso controle. Mas o cartão de crédito, magicamente, traz esse futuro irritantemente evasivo direto para você, que pode consumir o futuro, por assim dizer, por antecipação – enquanto ainda resta algo para ser consumido... Parece ser essa a atração latente da vida a crédito, cujo benefício manifesto, a se acreditar nos comerciais, é puramente utilitário: proporcionar prazer. E se o futuro se destina a ser tão detestável quanto se supõe, pode-se consumi-lo agora, ainda fresco e intacto, antes que chegue o desastre e que o futuro tenha a chance de mostrar como esse desastre pode ser detestável. (É isso, pensando bem, que faziam os canibais de outrora, encontrando no hábito de comer seus inimigos a maneira mais segura de pôr fim às ameaças de que estes eram portadores: um inimigo consumido, digerido e excretado não era mais assustador. À medida que mais deles são devorados, suas fileiras parecem engrossar em vez de encolher).

Zygmunt Bauman. *Medo líquido*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Páginas 16, 17.

06. No texto III, o autor expressa uma crítica à sociedade contemporânea, pois nesta tornou-se comum:
- (A) conviver com as dívidas por acreditar em um futuro melhor
- (B) acreditar no esforço individual por uma vida prazerosa
- (C) naturalizar o endividamento por medo do futuro
- (D) aceitar o prazer como solução para as dificuldades
07. “E **se** o futuro **se** destina a ser tão detestável...”. Os termos em destaque, nesse fragmento, classificam-se, respectivamente, como:
- (A) conjunção integrante e parte integrante do verbo
- (B) partícula de realce e pronome reflexivo
- (C) conjunção adverbial condicional e pronome reflexivo
- (D) conjunção adverbial causal e pronome apassivador

Considere o texto IV para responder às questões 08 e 09.

**Texto IV – As tensões da modernidade**

Frequentemente, o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena.

Proponho, pois, a seguinte definição: a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival.

As implicações mais importantes desta definição são as seguintes. Em primeiro lugar, perante as condições do sistema-mundo ocidental não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. Na realidade, não consigo pensar uma entidade sem tal enraizamento local; o único candidato possível, mas improvável, seria a arquitetura interior dos aeroportos. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. De fato, vivemos tanto num mundo de localização como num mundo de globalização. Portanto, em termos analíticos, seria igualmente correto se a presente situação e os nossos tópicos de investigação se definissem em termos de localização, em vez de globalização. O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o fato de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores.

Boaventura de Sousa Santos.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html>. Fragmento

08. O autor, nesse fragmento, problematiza o conceito de globalização e, para sustentar a tese que defende, apresenta o seguinte argumento:
- (A) o processo de globalização torna explícitas as raízes locais, as origens culturais específicas
- (B) o processo de globalização consiste na extensão da influência de um localismo a todo o globo
- (C) a investigação científica produz discurso hegemônico sobre a globalização, ratificando a opinião do autor
- (D) a vitória dos vencedores deriva do processo de globalização, tornando-se absoluta
09. Em “a vitória é aparentemente tão absoluta **que os derrotados acabam por desaparecer**”, a oração em destaque estabelece com a anterior a seguinte relação de sentido:
- (A) consequência
- (B) explicação
- (C) finalidade
- (D) concessão

Considere as informações contidas no texto V para responder à questão 10.

**Texto V** - O texto no contexto público

Considera-se Redação Oficial a maneira como o Poder Público elabora seus atos. Apresenta, como único emissor, o Serviço Público, representado por diferentes setores, e, como receptor, o próprio Serviço Público (quando as informações são dirigidas de um órgão a outro) ou o conjunto de cidadãos ou instituições (o público).

Como decorrência do contexto da Administração Pública, a Redação Oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, formalidade e uniformidade, clareza, precisão e concisão, critérios que garantem a compreensão da mensagem por todo cidadão [...]

Obtida com o emprego da norma culta, sistematizada pela gramática da língua padrão, e com o respeito à hierarquia, identificada nas formas de tratamento e nos fechos de comunicação, a formalidade abrange a noção de elegância e civilidade em que se deve pautar a Redação Oficial, referência de conduta para o cidadão, por constituir forma de representação da Língua Portuguesa em todo o território nacional.

*Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Página 12.*

10. Considerando o padrão formal exigido na redação oficial, é adequada à escrita a ser empregada no serviço público, inclusive em mensagem de correio eletrônico, a seguinte frase:
- (A) O servidor tem qualidades, haja vista o interesse e o esforço demonstrados.  
 (B) Somente alguns criminosos foram presos, enquanto que a maioria continua em liberdade.  
 (C) Obtiveram-se amplas explicações, de maneiras que tudo ficou claro.  
 (D) Não pôde encaminhar o trabalho no prazo, nem tampouco teve tempo para revisá-lo.

**RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO**

11. Uma prova com apenas três questões foi aplicada para 210 candidatos. Após a correção de todas as provas verificou-se que:
- 90 candidatos acertaram a 1ª questão;
  - 110 acertaram a 2ª questão;
  - 47 acertaram a 3ª questão;
  - 18 acertaram apenas a 3ª questão;
  - 29 acertaram apenas a 2ª questão;
  - 15 acertaram as três questões;
  - todos que acertaram a 3ª questão e a 1ª questão acertaram também a 2ª.

A quantidade de candidatos que errou todas as questões corresponde a:

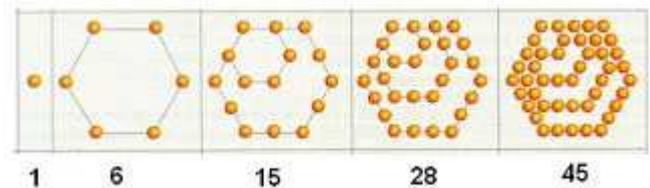
- (A) 53  
 (B) 59  
 (C) 63  
 (D) 69

12. Observe a tabela-verdade a seguir.

P	Q	$\sim Q \leftrightarrow P$
V	V	F
V	F	x
F	V	y
F	F	z

Os valores lógicos que devem substituir x, y e z são, respectivamente:

- (A) V, F e F  
 (B) F, V e V  
 (C) F, F e F  
 (D) V, V e F
13. Seja a seguinte proposição: “**existem pessoas que não acordam cedo e comem demais no almoço**”
- A negação dessa proposição está corretamente indicada na seguinte alternativa:
- (A) Todas as pessoas acordam cedo ou não comem demais no almoço.  
 (B) Não existem pessoas que comem demais no almoço.  
 (C) Não existem pessoas que acordam cedo.  
 (D) Todas as pessoas que não acordam cedo comem demais no almoço.
14. Na figura abaixo estão representados os cinco primeiros *números hexagonais*.



O 10º número hexagonal é igual a:

- (A) 180  
 (B) 185  
 (C) 190  
 (D) 195
15. São verdadeiras as quatro seguintes proposições:
- P1: Se João joga futebol, então Maria não gosta de guaraná.  
 P2: Maria gosta de guaraná ou Paulo não estuda todo dia.  
 P3: Paulo não estuda todo dia se, e somente se, Carlos grita de manhã.  
 P4: Carlos não grita de manhã e Roberto não é flamenguista.
- Com base nas proposições acima, uma conclusão necessariamente verdadeira é:
- (A) Maria gosta de guaraná e Paulo não estuda todo dia.  
 (B) Se João não joga futebol, então Paulo estuda todo dia.  
 (C) Paulo estuda todo dia e Carlos grita de manhã.  
 (D) Se Paulo estuda todo dia, então Roberto é flamenguista.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Atualmente existem diversos dispositivos que são integrados à configuração dos computadores: uns que operam exclusivamente na entrada ou na saída de dados, e outros que podem atuar tanto na entrada como na saída, dependendo do instante em que ocorre a transação. Dos dispositivos que operam exclusivamente na entrada e na saída são exemplos, respectivamente:

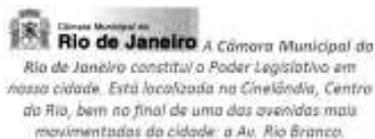
- (A) scanner e pendrive  
(B) isostick e plotter  
(C) scanner e plotter  
(D) isostick e pendrive

17. No Windows 8, versão português brasileiro, pressionar unicamente a tecla Windows, representada pela figura , tem por finalidade:

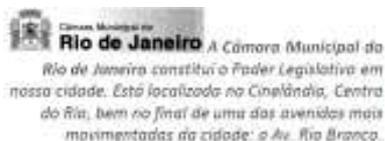
- (A) exibir a janela do menu Iniciar  
(B) classificar os ícones da área de trabalho em ordem alfabética  
(C) abrir a janela do gerenciador de pastas e arquivos do sistema  
(D) mostrar a caixa de diálogo Executar no canto inferior esquerdo da tela

18. Observe as figuras I e II.

I – alinhamento centralizado



II – alinhamento à direita



Após selecionar o texto em I, para obter o alinhamento à direita indicado em II deve-se executar o seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + G  
(B) Ctrl + G  
(C) Ctrl + D  
(D) Alt + D

19. A planilha abaixo foi criada no Calc do pacote LibreOffice 4.1.0.4

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	CÂMARA MUNICIPAL RJ - 2014							
2	Programa de Capacitação - Treinamento							
3								
4								
5				NOTAS				
6	#	Nome	N1	N2	N3	Média	Conceito	
7	14081	Andréa	9,5	5,9	8,6	8,0	MB	
8	14082	Frederico	4,6	5,8	5,3	5,2	R	
9	14083	Heitor	6,0	7,0	5,0	6,0	B	
10	14084	Jesus	4,9	8,9	7,7	7,2	B	

Na planilha foram realizados os procedimentos listados a seguir.

- em G7, foi inserida uma expressão que determina a média aritmética entre as três notas em D7, E7 e F7. Os valores mostrados em G8, G9 e G10 foram calculados de forma semelhante;
- em H7, foi inserida uma expressão usando a função SE, que mostra "MB" se a média é maior ou igual a 8, "B" se a média é menor que 8 e maior ou igual a 6 e "R" se a média é menor que 6.

Nessas condições, as expressões inseridas em G9 e H8 foram, respectivamente:

- (A) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))  
(B) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))  
(C) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))  
(D) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))

20. A figura abaixo mostra a janela de Opções no browser Firefox Mozilla, indicando a definição da URL <http://www.camara.rj.gov.br/> da Câmara Municipal do RJ como página inicial.



Essa janela é exibida a partir de um clique em "Opções" em outra janela que se abre ao se acionar uma das guias da Barra de Menus

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Essa guia é:

- (A) Ferramentas  
(B) Favoritos  
(C) Editar  
(D) Exibir

**ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

21. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que:
- (A) o servidor poderá receber prêmios ou recompensas de particulares pelo bom desempenho de seu mister, desde que o valor não ultrapasse o montante de cinquenta reais
  - (B) a vida pessoal do servidor em nada pode ser considerada para fins ético-profissionais, já que constitui expressão de sua autonomia privada
  - (C) é vedado ao servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
  - (D) cabe ao servidor valer-se do bom senso para fins de atendimento a pessoas idosas ou com saúde frágil, sendo autorizada até mesmo, em casos extremados, a omissão de determinadas informações
22. Configura crime contra as Finanças Públicas a seguinte conduta:
- (A) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei
  - (B) autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa previamente empenhada
  - (C) executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos últimos doze meses de mandato
  - (D) promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei ou resolução do Senado Federal
23. A Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade administrativa), no capítulo em que trata do procedimento administrativo e do processo judicial referentes a ato de improbidade, dispõe que:
- (A) no caso de ação proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica lesada, é cabível transação, acordo ou conciliação
  - (B) a ação principal será proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica lesada ou por qualquer pessoa capaz devidamente qualificada, dentro de 30 dias após a efetivação de medida cautelar
  - (C) a autoridade administrativa rejeitará a representação se esta não contiver as formalidades necessárias, o que impede a representação ao Ministério Público pelos mesmos fatos descritos
  - (D) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade

24. As diversas condutas previstas como atos de improbidade nos incisos dos artigos 9, 10 e 11 da Lei 8429/92 constituem:
- (A) hipóteses exaustivas, o que veda a punição de condutas ímprobas não previstas especificamente em seu texto legal
  - (B) rol exemplificativo, o que é confirmado pela utilização pela própria Lei da palavra "notadamente" antes da apresentação das condutas
  - (C) rol taxativo, o que não afasta a aplicação das normas penais previstas na própria Lei de Improbidade
  - (D) hipóteses exemplificativas, puníveis a título de culpa ou dolo, conforme disposição expressa do *caput* dos referidos artigos
25. A Lei de Improbidade Administrativa (8429/92), no que tange à prescrição prevê:
- (A) a sua inaplicabilidade, tendo em vista que a Constituição da República impõe a imprescritibilidade das condutas ímprobas em geral
  - (B) diretamente o prazo prescricional de 5 anos no que se refere a atos praticados por ocupantes de cargo efetivo ou emprego público
  - (C) a possibilidade de propositura de ações sancionatórias até cinco anos após o término de exercício de mandato, de cargo em comissão ou função de confiança
  - (D) a remissão a leis específicas funcionais de cada Ente Federativo, em claro respeito ao Pacto Federativo, nada dispondo acerca de prazos prescicionais

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

26. De acordo com o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, o orçamento deve:
- (A) compreender, obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento
  - (B) abranger as receitas e as despesas relacionadas a todos os poderes e órgãos da administração direta, excluídas as entidades da administração indireta que, em razão de sua autonomia financeira, elaborarão orçamentos específicos a serem enviados ao Legislativo até o dia 01 de agosto de cada ano
  - (C) compreender as despesas e receitas do Poder Executivo, órgãos e fundos da administração direta, excluídos o Poder Legislativo e as Entidades da administração indireta, que devem elaborar orçamentos próprios, a serem votados até o fim de cada Legislatura
  - (D) abranger, obrigatoriamente, as receitas e despesas relativas a todos os poderes e órgãos da administração direta e das fundações públicas, excluídos os fundos e as Entidades da administração indireta que detenham orçamento próprio

27. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro contempla emendas ao seu próprio texto, havendo a previsão específica de que:
- (A) pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a alterar ou substituir os símbolos, ou a denominação do Município
  - (B) a matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
  - (C) a proposta de emenda será discutida e votada em turno único, e considerada aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal
  - (D) em simetria com a Constituição da República, a Lei Orgânica prevê como legitimados para propor emendas à Lei Orgânica os membros do Poder Legislativo e o Chefe do Executivo, alijando a população de importante instrumento legislativo
28. Segundo o disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município é pessoa jurídica de direito público interno dotada de:
- (A) soberania política, exercida por meio da eleição direta do Prefeito e dos Vereadores e indireta do Vice-Prefeito, e autonomia legislativa, nos limites definidos pela Constituição da República e pela Constituição do Estado
  - (B) autonomia financeira, garantida pelo repasse de verbas federais e estaduais a serem aplicadas nas áreas de saúde e educação infantil, primordialmente, e subsidiariamente na organização dos serviços públicos de interesse local
  - (C) soberania política e autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos delegados pela União e pelo Estado e administração própria dos assuntos de interesse local
  - (D) autonomia legislativa, através do exercício pleno pela Câmara Municipal das competências e prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal
29. O Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando se refere à Mesa Diretora, determina que:
- (A) após a elaboração da proposta orçamentária pelo Prefeito, compete à Mesa Diretora sua aprovação e encaminhamento ao Plenário sob a forma de Resolução, a ser incluída na proposta do Município
  - (B) compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições, propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e dos seus serviços, bem como encaminhar as contas anuais ao Tribunal de Contas do Município
  - (C) a Mesa Diretora decidirá, pelo voto mínimo de 2/3 dos seus membros, acerca de propostas de alteração, reforma ou substituição do Regimento Interno da Câmara Municipal
  - (D) a eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal realizar-se-á a 1º de janeiro do primeiro ano da Legislatura, sob a Presidência do Vereador mais votado
30. O Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro classifica como despesas de capital:
- (A) as dotações destinadas a atender compromissos de cujo pagamento resultem bens públicos de uso comum ou mutações compensatórias nos elementos do patrimônio
  - (B) os compromissos assumidos pelo Município no atendimento dos serviços e encargos de interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, da lei, ou em decorrência de contratos e outros instrumentos
  - (C) as dotações destinadas a atender compromissos cujo pagamento importará em baixa de disponibilidade sem compensação patrimonial
  - (D) os compromissos para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive os destinados a atender à conservação, adaptação e reparos de bens móveis

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Segundo o critério ontológico utilizado para classificar as Constituições, é possível afirmar que:
- (A) as constituições normativas seriam a formalização do poder de quem o detém no momento, não cabendo limitá-lo, mas mantê-lo, mesmo que professe uma adesão de boca aos princípios do constitucionalismo
  - (B) as constituições nominais são formalmente válidas, mas ainda não tiveram alguns dos seus preceitos ativados na prática real
  - (C) as constituições semânticas são as que logram ser cumpridas por todos os interessados, limitando, efetivamente, o poder
  - (D) as constituições estatutárias são as que tendem a concentrar sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder, cercando as atividades políticas das condições necessárias para o seu correto desempenho

32. O princípio da interpretação da Constituição que conduz a que não se deturpe, por meio da interpretação de algum preceito, o sistema de repartição de funções entre os órgãos e pessoas designados pela constituição, é o princípio:
- (A) da não deturpação
  - (B) da concordância prática
  - (C) da correição parcial
  - (D) da correção funcional
33. Conforme entendimento doutrinário acerca da interpretação do texto constitucional, é possível afirmar que na lacuna axiológica:
- (A) há um “silêncio eloquente”, ou seja, o silêncio é proposital e excludente da situação jurídica em questão
  - (B) há uma solução normativa formal para o problema, mas o intérprete a tem como insatisfatória, porque percebe que a norma não levou em conta uma característica do caso que tem perante si, a qual, se levada em consideração, conduziria a outro desfecho
  - (C) há uma situação excepcional, constitucionalmente relevante, não prevista no texto constitucional, cabendo ao intérprete a regulação em caráter transitório
  - (D) há uma omissão em virtude de uma evolução na situação de fato sobre a qual incide a norma ou por uma nova visão jurídica que passa a predominar na sociedade
34. Conforme a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, no final do Século XIX, Jellinek desenvolveu a doutrina dos quatro *status*, segundo a qual:
- (A) os direitos fundamentais também se aplicam às relações privadas, configurando o que a doutrina convencionou chamar de eficácia horizontal dos direitos fundamentais
  - (B) o status civilitais, supremo em relação aos demais status, autoriza que o indivíduo desfrute de um espaço de liberdade com relação a ingerência dos Poderes Públicos.
  - (C) em uma situação ideal, sob o “véu da ignorância”, poderia o indivíduo atuar em relação ao Estado, por abstenção, atuação, implementação imediata de direitos fundamentais e observância dos direitos humanos
  - (D) o indivíduo pode encontrar-se em face do Estado por 4 *status*: status passivo, ativo, negativo ou positivo
35. No tocante às ações constitucionais, é possível afirmar que:
- (A) a doutrina admite mandado de segurança contra lei ou decreto de efeitos concretos, assim entendidos aqueles que trazem em si mesmos o resultado específico pretendido, tais como as leis que aprovam planos de urbanização
  - (B) a teoria brasileira do *habeas corpus* foi encampada pela Constituição Federal de 1988, sendo certo que, como ação constitucional que tem âmbito de proteção ampla, pode ser utilizado, atualmente, para anular ato administrativo que determina o cancelamento de matrícula de aluno em escola pública
  - (C) cabe mandado de segurança coletivo contra lei ou ato normativo em tese
  - (D) conforme o texto constitucional, admite-se *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou privado
36. Quanto ao controle de constitucionalidade repressivo, realizado por meio de ação de descumprimento de preceito fundamental, é possível afirmar que:
- (A) há exigência de demonstração de controvérsia judicial relevante capaz de afetar a presunção de legitimidade da lei ou da interpretação judicial adotada e, por conseguinte, a eficácia da decisão legislativa
  - (B) possuem legitimação ativa exclusiva o Presidente da República, as Mesas da Câmara e do Senado Federal, os Governadores dos Estados, os Prefeitos dos Municípios, as Mesas das Assembleias Legislativas e a Mesa da Câmara Distrital e a Mesa da Câmara Municipal
  - (C) qualquer cidadão possui legitimidade ativa *ad causam* para arguir o descumprimento de preceito fundamental
  - (D) não se admite o conhecimento de controvérsias sobre direito pós-constitucional já revogado ou cujos efeitos já se exauriram
37. Em sede de controle concentrado de constitucionalidade, para solver controvérsias sobre atos municipais em face da Constituição Federal, deverá ser manejada:
- (A) ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal
  - (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal
  - (C) ação declaratória de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal
  - (D) medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal

38. A intervenção federal, mecanismo drástico e excepcional destinado a manter a integridade dos princípios constitucionais basilares, segundo o disposto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil, poderá ocorrer para:
- reorganizar finanças de unidade da Federação que suspende o pagamento da dívida fundada por mais de três anos consecutivos, salvo motivo de força maior
  - prover a execução de leis federais, estaduais e municipais
  - reorganizar finanças de unidade da Federação que deixa de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição Federal, dentro dos prazos estabelecidos em Lei
  - reorganizar finanças de unidade da Federação vitimada por calamidades de grande proporção na natureza
39. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento em comoção grave de repercussão nacional, poderá ser tomada a medida de:
- ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos
  - difusão de pronunciamentos de parlamentares
  - detenção em edifícios não destinados a acusados ou condenados por crimes comuns
  - incomunicabilidade do preso
40. São princípios da ordem econômica expressamente previstos na Constituição da República Federativa do Brasil:
- livre concorrência e anterioridade
  - defesa do consumidor e vedação ao trabalho forçado
  - autonomia da vontade e livre concorrência
  - redução das desigualdades regionais e sociais e função social da propriedade

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41. De acordo com a doutrina que classifica os princípios administrativos em expressos e reconhecidos, é possível afirmar que:
- o princípio da precaução é classificado pela doutrina como um princípio administrativo reconhecido segundo o qual, havendo dúvida sobre a possibilidade de dano, a solução deve ser favorável ao ambiente e não ao lucro imediato
  - o princípio da proteção à confiança é classificado pela doutrina como um princípio administrativo expresso segundo o qual a confiança traduz um dos fatores mais relevantes de um estado democrático, não se podendo perder de vista que é ela que dá sustentação à entrega dos poderes aos representantes eleitos
  - o princípio da continuidade do serviço público é classificado pela doutrina como um princípio administrativo expresso segundo o qual não podem os serviços públicos ser interrompidos, devendo, ao contrário, ter normal continuidade
  - o princípio da eficiência é classificado pela doutrina como um princípio reconhecido cujo núcleo é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional
42. De acordo com o entendimento doutrinário, o princípio da tutela administrativa é considerado:
- princípio da administração direta que aponta para a absoluta necessidade de ser expressamente consignada na Lei a atividade a ser exercida de forma descentralizada
  - princípio da administração indireta, segundo o qual toda pessoa integrante da Administração Indireta é submetida a controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada
  - princípio da administração indireta, segundo o qual todas as entidades da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes só podem ser instituídos por Lei
  - um princípio aplicado à Administração Direta, estranho à Administração Indireta
43. Quanto ao regime jurídico das fundações públicas de direito público, é possível afirmar que:
- fazem *jus* às mesmas prerrogativas que a ordem jurídica atribui às empresas públicas, tanto de direito substantivo, como de direito processual
  - fazem *jus* às mesmas prerrogativas de direito substantivo que a ordem jurídica atribui às autarquias, não sendo, porém, aplicadas as prerrogativas processuais atinentes ao prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
  - não fazem *jus* às mesmas prerrogativas que a ordem jurídica atribui às autarquias, tendo em vista que não se enquadram no conceito de Fazenda Pública
  - fazem *jus* às mesmas prerrogativas que a ordem jurídica atribui às autarquias, tanto de direito substantivo, como de direito processual
44. As pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos, são denominadas:
- sociedades de economia mista
  - empresas públicas
  - agências executivas
  - autarquias especiais
45. Quanto à criação e extinção dos órgãos públicos, é possível afirmar que:
- tanto a criação quanto a extinção de órgãos públicos dependem de Lei
  - exige-se Lei para a criação dos órgãos públicos, exceto aqueles ligados à Educação e à Saúde
  - exige-se Lei para a criação dos órgãos públicos, podendo ser extintos por ato administrativo
  - exige-se Lei para a criação dos órgãos públicos federais, sendo certo que os órgãos públicos estaduais e municipais podem ser criados e extintos por decreto

46. Quanto ao critério da intervenção da vontade administrativa, os atos administrativos podem ser classificados e conceituados como:
- (A) atos compostos, cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio
  - (B) atos enunciativos, que indicam juízos de valor, dependendo, portanto, de outros atos de caráter decisório
  - (C) atos compostos, que não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas
  - (D) atos complexos, que não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas
47. A invalidação ou anulação do ato administrativo pode ser conceituada como:
- (A) a forma de desfazimento do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, e que pode ser realizada tanto pelo Poder Judiciário como pela Administração Pública
  - (B) a forma de desfazimento do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, e que apenas pode ser realizada pela Administração Pública
  - (C) a forma de desfazimento do ato administrativo, em virtude da existência de vício de legalidade, e que pode ser realizada tanto pelo Poder Judiciário como pela Administração Pública
  - (D) a forma de desfazimento do ato administrativo, em virtude da existência de vício de legalidade, e que apenas pode ser realizada pelo Poder Judiciário
48. São efeitos específicos da hierarquia, entre outros:
- (A) a edição de atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação
  - (B) a delegação a avocação e o poder de editar decretos autônomos.
  - (C) a autoexecutoriedade e a coercibilidade
  - (D) o poder de comando dos agentes superiores sobre outros hierarquicamente inferiores
49. Os contratos de rateio podem ser conceituados como:
- (A) negócio jurídico plurilateral de direito público, previsto em Lei, que se constitui como pressuposto para que os entes consorciados transfiram recursos ao consórcio público, sempre com a observância das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal
  - (B) ajuste firmado entre a Administração Pública e particulares, sob a forma de convênios públicos, cujo objeto consiste na divisão de despesas para a realização de atividades que traduzam interesse público
  - (C) negócio jurídico de direito público, previsto em Lei, sempre sem fins lucrativos, em que os pactuantes são o Poder Público e organizações da sociedade civil de interesse público, cujo objeto consiste na entrega de recursos humanos, físicos ou financeiros por parte do Poder Público, em troca da promoção da educação da saúde, da cultura, entre outros objetivos de interesse público
  - (D) acordo firmado entre a Administração Pública e pessoa do setor privado com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e dos ganhos entre os pactuantes
50. Os regimes de parceria são classificados pela doutrina em alguns grupos, entre os quais o denominado regime de convênios administrativos, que:
- (A) está previsto em legislação específica e é formalizado através de convênios administrativos, normalmente de caráter plurilateral, entre o Poder Público e entidades públicas, com o objetivo de alcançar resultados de interesses comuns
  - (B) está previsto em legislação específica e é formalizado através de contratos administrativos, normalmente de caráter plurilateral, entre a Administração Direta e as pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Indireta, com o objetivo de alcançar resultados de interesses comuns
  - (C) não está previsto em legislação específica e é formalizado através de convênios administrativos, normalmente de caráter plurilateral, entre o Poder Público e entidades privadas, com o objetivo de alcançar resultados de interesses comuns
  - (D) não está previsto em legislação específica e é formalizado através de contratos de gestão normalmente de caráter bilateral, entre o Poder Público e entidades privadas, com o objetivo de alcançar resultados de interesses comuns
51. É dispensável a licitação na hipótese de:
- (A) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
  - (B) contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água
  - (C) fornecimento de bens e serviços produzidos ou prestados no exterior, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão
  - (D) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes

52. Em relação ao pregão, é possível afirmar que:
- (A) só haverá necessidade de examinar os documentos de habilitação relativos ao licitante vencedor, diferentemente do que ocorre na Lei 8.666/93
  - (B) o ato de declaração do vencedor pode ser objeto de recurso por parte de qualquer licitante, que deverá manifestar-se quanto à sua intenção de recorrer tão logo o pregoeiro faça a declaração e a apresentação das razões recursais no prazo de 5 dias
  - (C) a Lei 10.520/2002 (Lei do pregão) possibilita a cobrança de taxas e emolumentos, mas veda a exigência de garantia de proposta
  - (D) a Lei 10.520/2002 (Lei do pregão) admite que os atos essenciais do pregão sejam feitos de forma simplificada, sem a exigência de documentação em processo administrativo respectivo
53. A cessão de servidores é conceituada pela doutrina como:
- (A) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava para atuar em outra pessoa ou órgão, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com limitações de caráter pessoal
  - (B) fato funcional por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público cede, sempre em caráter temporário, servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas
  - (C) ato administrativo consubstanciado em uma transferência, que pode ser temporária ou definitiva, de servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas
  - (D) fato administrativo por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público, cede, sem ônus, sempre em caráter definitivo, servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão
54. O regime jurídico funcional que visa disciplinar a categoria dos servidores temporários denomina-se:
- (A) regime especial
  - (B) regime jurídico único
  - (C) regime jurídico híbrido
  - (D) regime trabalhista
55. No âmbito da evolução da responsabilidade do Estado, a teoria consagrada pela clássica doutrina, segundo a qual o lesado não precisaria identificar o agente estatal causador do dano denomina-se:
- (A) teoria da responsabilidade com culpa
  - (B) teoria do risco integral
  - (C) teoria do risco administrativo
  - (D) teoria da culpa administrativa
56. De acordo com Lei nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da Lei de improbidade administrativa
  - (B) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço
  - (C) permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículo, máquina, equipamento ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da Lei de improbidade administrativa, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades
  - (D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado
57. Algumas manifestações populares terminam em atos de vandalismo, como por exemplo, a destruição de vitrines de lojas. Supondo que os órgãos de segurança tenham sido avisados a tempo e, ainda assim, não tenham comparecido os seus agentes, com base na doutrina, é possível afirmar que:
- (A) os danos causados a particulares em decorrência de atos de multidão jamais acarretam a responsabilidade civil do Estado
  - (B) a conduta estatal estará qualificada omissiva culposa, ensejando a responsabilidade civil do Estado, devendo reparar os danos causados pelos atos de multidão
  - (C) a conduta estatal estará qualificada omissiva dolosa, ensejando a responsabilidade subjetiva do Estado, devendo reparar os danos causados pelos atos de terceiros
  - (D) o Estado assumiu o risco, logo deve ser responsabilizado por dolo eventual

**58.** O Estado interfere no domínio econômico, restringindo e condicionando a atividade dos particulares em favor do interesse público. Para tanto, atua como Estado Regulador e Estado Executor. A forma de atuação interventiva do Estado no domínio econômico denominada controle do abastecimento pode ser conceituada como:

- (A) forma interventiva do Estado que, objetivando manter no mercado consumidor produtos e serviços suficientes para atender à demanda da coletividade, está relacionada ao Estado Executor
- (B) forma interventiva do Estado que, objetivando a manter no mercado preços de petróleo e derivados, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, está relacionada ao Estado Executor
- (C) forma interventiva do Estado que, objetivando manter no mercado preços de petróleo e derivados, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, está relacionada ao Estado Regulador
- (D) forma interventiva do Estado que, objetivando manter no mercado consumidor produtos e serviços suficientes para atender à demanda da coletividade, está relacionada ao Estado Regulador

**59.** O tombamento é uma forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro. Em relação aos efeitos do tombamento, é possível afirmar que:

- (A) o tombamento não impede o proprietário de gravar o bem livremente através de penhor, anticrese ou hipoteca
- (B) é vedado ao proprietário reparar, pintar ou restaurar o bem tombado
- (C) não há restrições para a vizinhança do prédio tombado
- (D) importa supressão da propriedade privada, devendo ser levado a registro no Ofício de Registro de Imóveis respectivo

**60.** O fato administrativo pelo qual o Estado se apropria de bem particular, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia, segundo entendimento doutrinário, denomina-se:

- (A) retrocessão
- (B) desapropriação indireta
- (C) trestinação
- (D) desapropriação sancionatória

## DIREITO FINANCEIRO

**61.** A forma pela qual os Estados obtêm receitas e realizam despesas vem assumindo e assume diferentes aspectos ao longo do tempo, no que se convencionou chamar de “evolução da atividade financeira do Estado”. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

- (A) o denominado Estado Patrimonial é aquele em que a receita se funda nos empréstimos e principalmente nos tributos, desvinculando-se a figura do Estado da do soberano
- (B) no chamado Estado de Polícia, são característicos o forte intervencionismo e a centralização da atividade financeira pelo Estado
- (C) no chamado Estado Social Fiscal, o Estado realiza poucos e restritos gastos, não havendo necessidade de um sistema de obtenção de receitas mais desenvolvido e complexo
- (D) no denominado Estado Democrático e Social Fiscal, o aporte de recursos se dá basicamente por meio das receitas patrimoniais e parafiscais

**62.** A Constituição da República Federativa do Brasil, em suas disposições orçamentárias, autoriza:

- (A) a concessão de créditos ilimitados para atender a situações decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública
- (B) a abertura de crédito especial sem a indicação dos recursos correspondentes, desde que haja autorização legislativa
- (C) a concessão de empréstimos pelos Governos Federal e Estaduais para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Municípios
- (D) a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos municipais para a prestação de garantia à União

**63.** A previsão constitucional de que, em regra, “a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da receita”, evidencia a adoção do princípio da:

- (A) exclusividade orçamentária
- (B) universalidade do orçamento
- (C) unidade orçamentária
- (D) especialidade do orçamento

64. O planejamento orçamentário previsto na Constituição Federal possui estrutura tripartite, sendo imperiosa a harmonização de seus comandos para que sejam atingidos os objetivos básicos do Estado Brasileiro. Integra tal estrutura:
- (A) o Plano Plurianual, que contém comandos diretos e específicos, vinculando os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, à execução e elaboração das demais leis orçamentárias
  - (B) a Lei Orçamentária anual, que compreende o orçamento fiscal, o de investimentos das empresas estatais e o da seguridade social, ainda que em documentos distintos
  - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que compreende as prioridades da administração, sem previsão de despesas, e possui natureza material, já que cria direitos subjetivos para os cidadãos em sua relação com os Poderes Estatais
  - (D) o Planejamento Global econômico e social, que deve ser compatível com a Lei Orçamentária anual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo especificamente as metas e prioridades da Administração para cada semestre
65. Entre as classificações mais utilizadas das receitas, está a que contrapõe as receitas originárias às derivadas. Nesse sentido, caracterizam-se como receitas originárias:
- (A) as multas
  - (B) os impostos
  - (C) os preços públicos
  - (D) as taxas
66. No âmbito das etapas de execução das despesas públicas, pode-se afirmar que:
- (A) havendo necessidade de licitação prévia, agrega-se uma nova etapa à execução da despesa, posterior ao empenho e à liquidação
  - (B) a despesa empenhada e não paga deve ser cobrada por meio judicial, uma vez que foi extinta a figura dos "restos a pagar"
  - (C) a liquidação é o momento final da execução da despesa pública, podendo ser efetuada por meio de estabelecimento bancário autorizado
  - (D) a regra é a expedição de nota de empenho para cada despesa, exceto no caso de empenho global
67. De acordo com a Lei 4320/64, o Poder Legislativo Municipal, caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado pela Lei Orgânica do Município, deverá:
- (A) elaborar proposta e submetê-la à aprovação do Plenário
  - (B) notificar o chefe do Poder Executivo para que apresente a proposta no prazo de 30 dias
  - (C) considerar como proposta a Lei de Orçamento vigente
  - (D) aplicar a lei orçamentária do Estado que integra
68. A Lei Federal nº 4320/64 estabelece que os créditos adicionais:
- (A) especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica
  - (B) suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo
  - (C) extraordinários serão autorizados em caráter emergencial pelo Poder Executivo
  - (D) terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo quanto aos especiais e suplementares
69. A Lei de Responsabilidade Fiscal trata da Garantia e Contragarantia em Operações de Crédito, determinando expressamente que:
- (A) os Municípios e Estados só poderão oferecer garantias para operações internas, cabendo à União a garantia para operações externas
  - (B) quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento
  - (C) a contragarantia é exigida de órgãos e entidades do próprio Ente em operações de crédito com ele entabuladas
  - (D) o ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso pelo prazo de um ano o acesso a novos créditos ou financiamentos
70. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) impõe que a operação de crédito:
- (A) por antecipação de receita esteja proibida no último ano de mandato do Prefeito Municipal
  - (B) com infração aos termos legais seja considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, acrescido de juros e demais encargos financeiros
  - (C) entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, seja precedida de autorização do Banco Central do Brasil
  - (D) por meio de assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços, seja autorizada pelo Chefe do Executivo